

Sumário

Introdução	1
1. Sobre o Direito à Alimentação	5
1.1. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	6
1.2. Direito fundamental à alimentação.....	8
1.3. Proteção à alimentação na sistemática brasileira.....	11
1.4. Proteção à alimentação na sistemática portuguesa – nacional e comunitária.....	13
1.5. Diplomas internacionais.....	17
2. Realidade ou Expectativa – Dimensões e Eficácia do Direito à Alimentação e dos Direitos Sociais	21
2.1. Dimensões dos direitos sociais quantos aos sujeitos e aos deveres estatais.....	21
2.2. Óbices ao reconhecimento da natureza jurfundamental dos direitos sociais.....	24
2.3. Força normativa dos direitos sociais e vinculação da administração pública.....	27
3. Políticas Públicas de Direito à Alimentação em Períodos de Crise Sanitária-Financeira	31
3.1. Quadro da segurança alimentar e reflexos da pandemia de covid-19.....	31
3.2. Políticas públicas de direito à alimentação no período de crise da covid-19.....	37
3.2.1. Contexto brasileiro.....	37
3.2.2. Contexto português.....	43

4. Direito à Alimentação em Períodos de Crise Sanitária-Financeira e Possíveis Caminhos à Administração Pública	49
4.1. Regime jurídico de exceção	50
4.2. Piso ao direito à alimentação	52
4.2.1. A questão do “mínimo”	53
4.2.2. Proporcionalidade em sentido moderno e proibição do <i>déficit</i>	56
4.3. Escolhas e dinheiro	60
4.3.1. Questão do politicamente adequado	61
4.3.2. Reserva do financeiramente possível	63
4.4. Dever de atuação do Estado e garantia do direito à alimentação.....	65
4.5. Prevenção administrativa.....	68
4.5.1. Definição de prioridades	68
4.5.2. Regime jurídico diferenciado e atuação otimizada	72
4.6. Governança internacional – humanidade como direito ...	79
5. Jurisprudência da Pandemia – Controle Judicial quanto às Políticas Públicas de Direito à Alimentação Durante a Pandemia de Covid-19	87
5.1. Notas sobre os métodos de controle judicial.....	87
5.2. Controle judicial quanto às dimensões negativa e positiva dos direitos sociais – proibição do excesso e vedação do <i>déficit</i>	91
5.3. Ponderando a crise	100
5.4. Jurisprudência da pandemia – judicialização de políticas públicas sobre direito à alimentação	105

6. De Que Se Alimenta a Necropolítica – Breve Reflexão	
Quanto às Políticas Pública de Efetivação dos	
Direitos Sociais.....	123
Conclusão	139
Referências Bibliográficas	143